



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2026

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES CONTRATAÇÃO: 2026.039E0700001.01.0004

Processo Administrativo Edocs nº 2025-0GLS0 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO - ES (PMJM)**, com sede na Avenida Lourival Lugon Moulin, 300, Centro, Jerônimo Monteiro-ES, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 7.405, de 16 de Janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 02 de Março de 2026.

Horário: 8h30min

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Ato de designação da Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Decreto Municipal nº 8.244 de 15 de Janeiro de 2026.

Código da UASG: 985661

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa de engenharia visando à execução de obra de substituição da cobertura do ginásio de esportes “José Rodrigues da Fonseca”, neste Município, considerando Convênio nº 14/2025, firmado com o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESPORT**, conforme quantidades, prazos, condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Em caso de eventual diferença entre a (s) especificação (ões) e unidade (s) de medida (s) descrita (s) no "Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)" e as constantes neste edital, prevalecerão às especificações deste edital.

2. DO VALOR ESTIMADO E DA FONTE DE RECURSO

2.1. Valor global máximo estimado para a contratação é de **R\$ 201.945,05** (duzentos e um mil novecentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos), conforme disposto na planilha orçamentária de serviços, Anexo III.

2.2. Para cobertura da presente despesa será utilizado recurso do Orçamento Municipal vigente, na (s) seguinte (s) dotação (ões):

Órgão: Secretaria Municipal de Educação

Ficha/Fonte de Recurso: 794/270100000020

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12. Sociedades cooperativas;

3.7.13. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.7.14. Pessoas físicas;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.1 e 3.7.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.1 e 3.7.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que tratam os itens 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de Equipe de Apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15. A simples participação na presente licitação evidencia a aceitação das condições deste Edital, bem como ter o proponente examinado cuidadosamente seu objeto e se inteirado dos diversos aspectos que possam influir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços.

3.16. Ao participar deste processo licitatório a empresa e seus representantes autorizam/concordam com a utilização e possível divulgação nos sítios eletrônicos de responsabilidade deste município dos dados e documentos fornecidos durante o curso processual, bem como, com o compartilhamento de tais informações com os Órgãos de Controle Interno e Externo caso os mesmos sejam solicitados.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema,



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133/2021.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.4, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.14.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.14.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item, expresso em R\$ (reais), com 02 (duas) casas decimais.

5.1.1.1. No presente caso, para fins de preenchimento da proposta no sistema de compras do Governo Federal, o valor unitário deve ser considerado o valor total global da obra/serviço de engenharia.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento será retido na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias** a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar responsabilização pela Administração Pública e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

a) Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou

b) Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Agente de Contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.5.1. No presente caso, para fins de envio de lances no Sistema de Compras do Governo Federal, o valor unitário do item deve ser considerado o valor total global da obra/serviço de engenharia.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo** de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00** (cem reais).

6.9. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com a Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Agente de Contratação aos



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.17. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2 Empresas brasileiras;

6.20.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio efetuado pelo próprio sistema.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23. A Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (dois) dias úteis, envie a proposta adequada** ao último lance ofertado ou a negociação realizada, acompanhada, acompanhada da Planilha Orçamentária de Custos, Cronograma Físico-Financeiro e da Composição das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI).

6.23.1. Para elaboração dos documentos indicados no subitem anterior, recomenda-se a utilização dos modelos disponibilizados nos anexos do presente edital, sendo que, no caso de apresentação dos mencionados documentos em formulário próprio, deverá a licitante transcrever todas as informações constantes dos anexos.

6.23.2. O percentual de diferença entre o valor global inicialmente ofertado e o valor global final da proposta deverá ser aplicado de forma proporcional entre os itens que compõem a planilha orçamentária, de modo a preservar o equilíbrio estabelecido inicialmente e evitar a caracterização da prática conhecida como “jogo de planilhas”, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU.

6.23.3. Serão admitidos, exclusivamente, ajustes por arredondamento, para mais ou para menos, quando estritamente necessários à adequação do valor global final ao montante ofertado, bem como para atendimento a disposições legais específicas, desde que não comprometam o equilíbrio interno da proposta.

6.23.4. Admitir-se-á, ainda, a apresentação de valor unitário ou total de item em montante inferior ao resultante da aplicação proporcional do percentual de diferença previsto no item 6.22.2, desde que o licitante comprove, de forma inequívoca e documental, que tal redução decorre de benefícios efetivos de mercado, condições comerciais mais vantajosas ou outros fatores objetivos que demonstrem que o custo real do item é inferior, não configurando subsídio cruzado, desequilíbrio econômico-financeiro da proposta ou a prática de “jogo de planilhas”, nos termos do



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU.

6.23.5. É facultada a Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, a Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 3.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação, a Agente de Contratação auxiliada pela Equipe de Apoio, examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.6.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, **a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:**
- 7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.7.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta
- 7.9. Caso o licitante com a proposta melhor classificada seja convocado, por meio de diligência, para comprovar a exequibilidade de sua proposta, esta comprovação poderá ser realizada mediante a apresentação de documentos que demonstrem a viabilidade da execução do objeto pelo valor ofertado, tais como: planilha de composição de custos unitários, orçamentos de fornecedores, ou quaisquer outros documentos que a licitante entenda serem aptos a comprovar incontestavelmente que o valor ofertado é suficiente para cobrir todos os custos necessários à execução do objeto.
- 7.9.1. Não será admitida, para fins de comprovação de exequibilidade, a simples declaração ou afirmação da licitante desacompanhada de elementos objetivos e comprobatórios.
- 7.9.2. A apresentação da documentação comprobatória da exequibilidade deverá ser apresentada concomitante à proposta correspondente, sob pena de desclassificação.
- 7.10. Erros nos preenchimentos das planilhas não constituem motivo para a desclassificação da proposta. As planilhas poderão ser ajustadas pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração dos preços e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Havendo necessidade, a Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. A documentação de habilitação deverá ser apresentada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formato digital, pelo licitante vencedor, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 8.2. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.2.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivo, a ser agendado previamente junto ao Setor de Engenharia, via e-mail obras@jeronimomonteiro.es.gov.br ou telefone (28) 99962-9493, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.2.2. As vitórias poderão ser realizadas no primeiro dia útil seguinte ao da publicação deste Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.2.3. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.3. Após solicitação da Agente de Contratação, a empresa arrematante deverá apresentar os documentos de habilitação no prazo de **02 (duas) horas** prorrogável por igual período:

8.3.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Agente de Contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

8.3.2. De ofício, a critério da Agente de Contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

8.4. A habilitação também poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

8.6. É de responsabilidade do licitante, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8. A verificação pela Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação

8.9. Serão exigidos para fins de habilitação, visando demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes documentos:

8.9.1. Habilitação Jurídica

8.9.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo,



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

8.9.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

8.9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.9.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.9.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

8.9.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.9.2.7. Declaração conjunta (Modelo - Anexo IX) que:

a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) Que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme estipulado no edital, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição de preços;

c) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) Que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista.

8.9.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

[Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.9.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.9.3. Qualificação Econômica – Financeira

8.9.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

a) No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação;

b) Caso a licitante apresente Certidão Positiva, poderá participar, desde que o juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a administração pública, levando em consideração o objeto a ser contratado.

8.9.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.9.3.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.9.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.9.3.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.9.3.2.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, que a e licitante possua capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.9.3.2.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

8.9.3.2.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante despacho assinado por profissional habilitado da área contábil do município.

8.9.4. Qualificação Técnica

8.9.4.1. Comprovação de registro ou inscrição da EMPRESA LICITANTE E DO (S) RESPONSÁVEL (IS) TÉCNICO (S), na entidade competente, em plena validade.

a) Caso a licitante apresente comprovação de registro ou inscrição em entidade profissional competente pertencente à outra localidade, deverá apresentar visto ou novo registro na entidade profissional competente do Estado do Espírito Santo, em plena validade, antes do início da execução do contrato, com indicação do objeto social compatível com o presente objeto;

8.9.4.2. Comprovação de aptidão, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do profissional de nível superior, de acordo com a Decisão Normativa nº 104/2014 do CONFEA ou outro profissional habilitado, devidamente registrado no CREA ou área técnica habilitada,



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, onde estejam contemplados serviços semelhantes e compatíveis em características com o objeto da licitação.

a) O (s) profissional (is) indicado(s) deverá (ão) participar da obra/serviço objeto do contrato, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

b) O (s) profissional (is) indicado (s) deverá (ão) ter vínculo do profissional com a empresa participante da licitação, antes o início da execução do contrato.

c) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.10. A verificação pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos ou entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

8.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.3, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.11.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.11.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Agente de Contratação, juntamente com a Equipe de Apoio, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observando o prazo disposto no subitem 8.3.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.16. Para verificação da habilitação, a Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá solicitar o assessoramento de órgãos técnicos ou de profissionais especializados, para orientar sua decisão, hipótese em que a manifestação será consignada ata.

8.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados, exclusivamente, em campo próprio do sistema.

9.5. Não serão conhecidas as manifestações de recursos efetuadas por meio diverso do aqui estabelecido (chat de mensagem, e-mail, carta, etc.)

9.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

9.12. A decisão sobre o recurso e contrarrazão, se houver, será divulgada no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. DO TERMO DE CONTRATO



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante o órgão para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. O prazo para comparecimento perante o órgão para a celebração do Contrato poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante o seu transcurso, devidamente justificado e, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, conforme prevê art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá:

11.3.1. Encaminhá-lo para assinatura, via correio eletrônico, para seja assinado eletronicamente e devolvido no prazo de 4 (quatro) horas, a contar da data de seu recebimento;

11.3.2. Encaminhá-lo para assinatura, via correio eletrônico, para seja assinado de punho e devolvido por meio de correspondência postal, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

11.4. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A contratação terá vigência de **6 (seis) meses**, podendo ser prorrogada, caso haja interesse da Administração.

12.2. O prazo para execução dos serviços será de **2 (dois) meses** a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da Administração.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES CONTRATANTES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. As disposições sobre as alterações contratuais, as responsabilidades das partes contratantes e as infrações administrativas e sanções constam da minuta de contrato que integra o Anexo X, deste Edital.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO, DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, DA GESTÃO CONTRATUAL, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. As disposições sobre a subcontratação, do modelo de execução, da gestão contratual, e os critérios medição e pagamento do objeto constam no Termo de Referência que integra o Anexo I, deste Edital.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. A empresa contratada deverá apresentar garantia de execução do contrato em uma das modalidades previstas no § 1º, do art. 96, da Lei nº 14.133/2021, no percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do futuro Contrato.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

16.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, para o e-mail cpl@jeronimomonteiro.es.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Lourival Lugon Moulin, 300 - Jerônimo Monteiro - ES – CEP: 29.550-000

16.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Agente de Contratação, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o e-mail cpl@jeronimomonteiro.es.gov.br.

16.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://www.jeronimomonteiro.es.gov.br/licitacoes>) e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

16.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

16.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, caso o mesmo se faça necessário.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Agente de Contratação.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra no endereço eletrônico: <https://www.jeronimomonteiro.es.gov.br/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Lourival Lugon Moulin, 300 - Jerônimo Monteiro - ES – CEP: 29.550-000, nos dias úteis, em horário de expediente, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 17.10.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 17.10.2. Anexo II – Projetos;
- 17.10.3. Anexo III - Planilha Orçamentária de Serviços;
- 17.10.4. Anexo IV – Cronograma Físico-Financeiro;
- 17.10.5. Anexo V – Composição das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI);
- 17.10.6. Anexo VI – Memorial Descritivo;
- 17.10.7. Anexo VII – Memória de Cálculo;
- 17.10.8. Anexo VIII - Modelo de Proposta Comercial;
- 17.10.9. Anexo IX - Modelo de Declaração Conjunta;
- 17.10.10. Anexo X - Minuta de Contrato;

Jerônimo Monteiro/ES, 05 de Fevereiro de 2026.

Liliane Bernardo Sezini
Pregoeira

Rogério de Souza
Membro da Equipe de Apoio

Wilhan de Aguiar Braga
Membro da Equipe de Apoio

Ramon Olmo Lacerda Pirovani
Membro Suplente da Equipe de Apoio



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA:	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
ENDEREÇO:	Av. Lourival Lougon Moulin, nº 300, Centro, 29.550-000 Jerônimo Monteiro-ES.
TELEFONE:	(28) 99252 2719 - Elias Lugão Britto.
E-MAIL:	semel.jm@gmail.com

1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.1. Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar?
Sim

2. DO OBJETO

2.1. Aquisição e/ou contratação de empresa de Engenharia visando a execução da obra de SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES "JOSÉ RODRIGUES DA FONSECA", localizado na Av. Lourival Lougon Moulin, dentro da área do Parque de Exposições, Centro da Sede do Município de Jerônimo Monteiro-ES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e nos anexos que o compõe.

O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses** contados a partir da data de sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de execução da obra será de **02 (dois) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. TIPO DE CONTRATAÇÃO

3.1. **Obras e Serviços de Engenharia**

3.2. Se prestação de serviço, o mesmo trata-se de natureza de execução continuada?
Não

4. NECESSÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Não

5. HOUVE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Não

6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

6.1. Será admitida a participação de consórcios de empresas?
Não



7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1. Justificativa e objetivo da contratação/ aquisição.

Trata-se da contratação de empresa de Engenharia visando a execução da obra de SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES "JOSÉ RODRIGUES DA FONSECA", localizado na Av. Lourival Lougon Moulin, dentro da área do Parque de Exposições, Centro da Sede do Município de Jerônimo Monteiro-ES.

Devido a quantidade de tempo de existência do ginásio de esportes, as telhas da cobertura encontram-se em péssimo estado de conservação. Devido aos furos existentes nas telhas causados por granizo, em períodos de chuva ocorrem infiltrações e goteiras dentro do ginásio de esportes, principalmente na área da quadra, dificultando a prática de esportes e outros eventos. Dessa forma, existe a necessidade urgente de intervenção nessa cobertura, providenciando a substituição dessas telhas da cobertura.

7.2. Razão da contratação/ aquisição.

Tendo em vista o estado de conservação em que encontra-se a cobertura do Ginásio de Esportes, existe a necessidade urgente de substituição das telhas, devido a quantidade de furos e deformações existentes. Para isso, deverá ser contratada uma empresa especializada para a execução dessa obra, conforme documentos de Engenharia em anexo.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO

A proposta de intervenção irá contribuir com a qualidade de vida da população que pratica esportes e outras atividades, melhorando do local e acabando com os transtornos causados em épocas de chuva, evitando infiltrações e goteiras.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Critérios de sustentabilidade:

Para a execução dessa obra de substituição da cobertura do Ginásio de Esportes "José Rodrigues da Fonseca", localizado na Av. Lourival Lougon Moulin, dentro da área do Parque de Exposições, Centro da Sede do Município de Jerônimo Monteiro-ES, não deverá incidir critérios de sustentabilidade na presente licitação.

9.2. Da exigência de amostra:

Considerando o objeto deste processo e as informações presentes no Estudo Técnico Preliminar não se faz necessária a apresentação de amostras.

9.3. Da subcontratação:

9.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

9.4. Da garantia da contratação:

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Condições de entrega e/ou execução do objeto:

10.1.1. A execução do objeto deverá seguir a sequência: Retirada da telha de cobertura existente e início da instalação das novas telhas.

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Lourival Lougon Moulin, dentro da área do Parque de Exposições, Centro da Sede do Município de Jerônimo Monteiro-ES.



A obra deverá ser executada em **02 (dois) meses** após a emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro em anexo.

O prazo de vigência do Contrato Administrativo será de **06 (seis) meses**.

10.2. Garantia, manutenção e assistência técnica:

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

11.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.









13.6. Critério de divisão e/ou alocação dos itens que compõem a aquisição e/ou contratação:
Global (Justifique)

Escolha realizada em função das características do objeto a ser licitado buscando ainda segurança na execução dos serviços e economia de escala.

13.7. Habilitação Jurídica:

13.7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.8. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Prova de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB);
- Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);
- Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Estadual - Estado Sede da Empresa licitante;
- Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Municipal da Sede do Licitante;
- Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em atendimento à Lei nº 12.440/2011;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ

13.9. Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão Negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou por meio eletrônico através de sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, observada a data de validade definida no instrumento. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação;
- Caso a licitante apresente Certidão Positiva, poderá participar, desde que o juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a administração pública, levando em consideração o objeto a ser contratado, em atendimento ao PARECER/CONSULTA TC Nº 008/2015 - PLENÁRIO - PROCESSO - TC-3519/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.





apostos na tabelaem anexo.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha/ Fonte de Recursos: 578 / 170100000017

16. DO REAJUSTE

O reajuste dos contratos são as usuais para a generalidade do objeto, estabelecida na legislação vigente, de acordo com a Lei 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação pela CONTRATANTE do índice do **INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção - Disponibilidade Interna)** da Fundação Getúlio Vargas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As penalidades administrativas são aquelas previstas na legislação federal, impondo-se, para sua aplicação, a observância dos procedimentos descritos no contrato ou instrumento equivalente. As sanções administrativas são as usuais para a generalidade dos objetos, estabelecida na legislação vigente, de acordo com a Lei 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Jerônimo Monteiro - ES

24 de novembro de 2025

18. INDICAÇÃO DOS FISCAIS

18.1. São indicados para fiscalizar esta aquisição/contratação os seguintes servidores (titulares e suplentes):

18.1.1. Fiscal Técnico:

Titular: Anderson Luiz Emery Santos

Suplente:

Engº. Civil Crea-MG 5785/D Visto-ES 011/97

Não existe.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Urbano, Obras Públicas e Transportes

Contrato de Prestação de Serviços 124/2023

18.1.2. Fiscal Administrativo:

Titulares:

José Henrique da Silva

Fiscal de Obras Públicas

Secretaria Municipal de Obras

Matrícula: 1054

Suplentes:

Denilson Azarias da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Secretaria Municipal de Obras

Matrícula: 1025



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Antônio Carlos Nunes Ferreira
Diretor de Esportes
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Matrícula: 4372

Marcos Aurélio Gorsani
Pedreiro
Secretaria Municipal de Obras
Matrícula: 1049

Kauã Cabral da Silva
Gerente de Esportes
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Matrícula: 4516

Gean Candido Raimundo
Chefe de Departamento
Secretaria Municipal de Planejamento
Matrícula: 2267

19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anderson Luiz Emery Santos
Engº.Civil Crea-MG 57858/D Visto-ES 011/97
Responsável Técnico

20. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Elias Lugão Britto
Secretário Municipal de Esportes e Lazer
Decreto Municipal nº 7.923/2025

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO
assinado em 01/12/2025 11:26:14 -03:00

ELIAS LUGAO BRITTO
SECRETARIO MUNICIPAL ESPORTE
DESPORT - SEMEL - PMJERONIMO
assinado em 01/12/2025 11:25:57 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 01/12/2025 11:26:14 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS (ENGENHEIRO CIVIL - DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

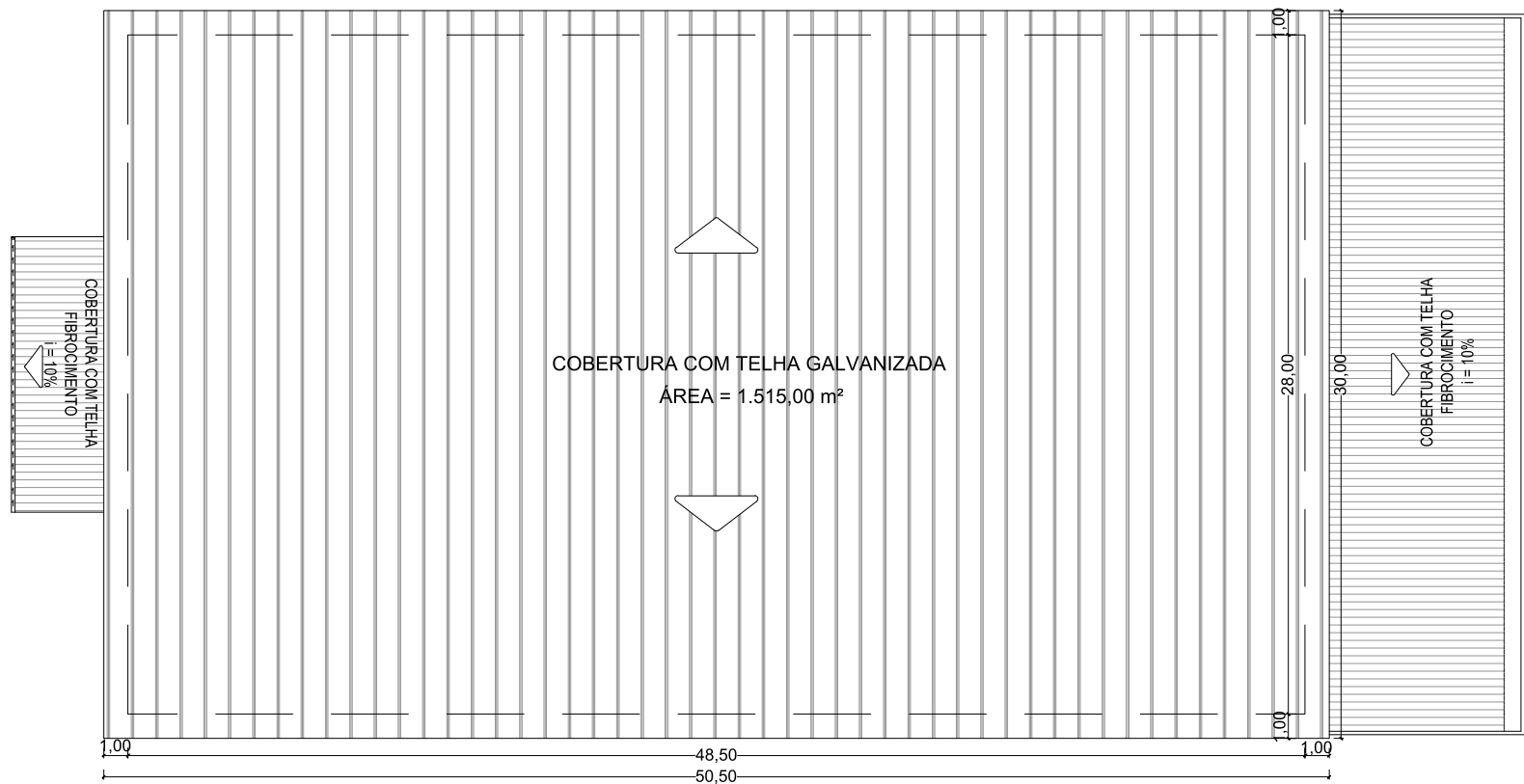
A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-9BWN9C>



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO II – PROJETOS



Planta de Cobertura

Escala: 1/300



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ VALÉRIO BINOTI NETTO

RESP. TÉCNICO

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS.
ENG°. CIVIL - CREA-MG - 57858/D - VISTO -ES -011/97

PROJETO:
SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA METÁLICA DO GINÁSIO DE
ESPORTES JOSÉ RODRIGUES DA FONSECA

ESCALA:

1/300

DESENHO:

FILÓ LINO

DATA:

MARÇO/2025

PRANCHA:

01/02

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO
assinado em 15/10/2025 11:07:35 -03:00

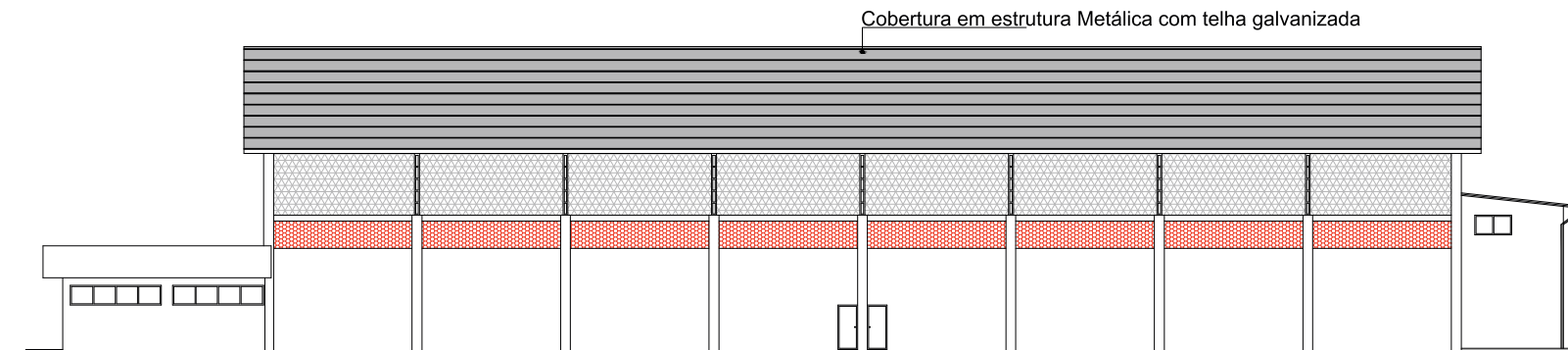
JOSÉ VALERIO BINOTI NETTO
PREFEITO
GPM - GPM - PMJERONIMO
assinado em 15/10/2025 10:46:40 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

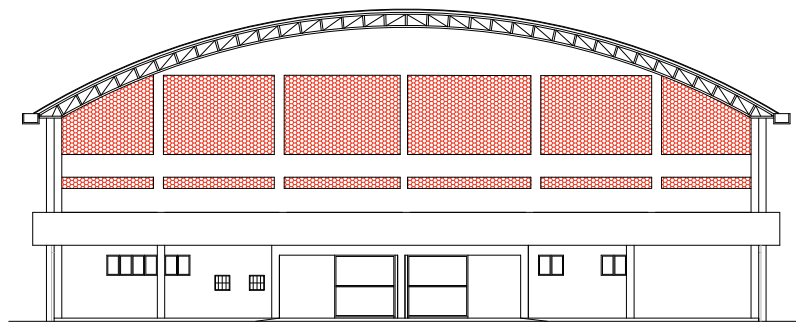
Documento capturado em 15/10/2025 11:07:35 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS (ENGENHEIRO CIVIL - DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-8G6J5B>



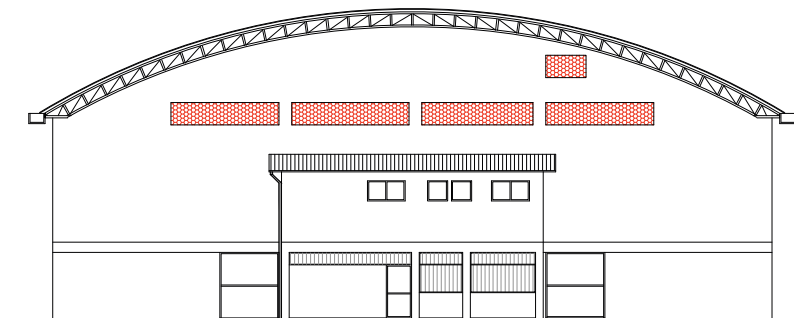
Elevação Lateral Esquerda Ginásio Municipal

Escala: 1/300



Elevação Frontal - Ginásio Municipal

Escala: 1/300



Elevação Posterior - Ginásio Municipal

Escala: 1/300



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ VALÉRIO BINOTI NETTO

RESP. TÉCNICO

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS.
ENG°. CIVIL - CREA-MG - 57858/D - VISTO -ES -011/97

PROJETO:

SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA METÁLICA DO GINÁSIO DE
ESPORTES JOSÉ RODRIGUES DA FONSECA

ESCALA:

1/300

DESENHO:

FILÓ LINO

DATA:

MARÇO/2025

PRANCHA:

02/02

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO
assinado em 15/10/2025 11:07:34 -03:00

JOSÉ VALERIO BINOTI NETTO
PREFEITO
GPM - GPM - PMJERONIMO
assinado em 15/10/2025 10:46:25 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/10/2025 11:07:34 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS (ENGENHEIRO CIVIL - DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL


A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-F2XJ6H>



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS



Prefeitura Municipal
de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OBRA	Substituição da cobertura do Ginásio de Esportes José Rodrigues da Fonseca.					BDI = 36,59 %			
LOCAL	Av. Lourival Lougon Moulin, Centro, Município de Jerônimo Monteiro-ES					TABELA REFERÊNCIA DE PREÇOS: DER-ES - Data Base: Março/2025 e SINAPI - Data Base: Abril/2025 (Sem desoneração).			

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	TOTAL COM BDI
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	020305	DER-ES	Placa de obra nas dimensões de 2.0 x 4.0 m, padrão DER	M²	8,00	244,44	333,88	2.671,04
1.2	010280	DER-ES	Remoção de cobertura em telha metálica, exclusive estrutura.	M²	1.515,00	8,81	12,03	18.225,45
1.3	020339	DER-ES	Locação de andaime metálico para trabalho em fachada de edifício (aluguel de 1 m² por 1 mês) inclusive frete, montagem e desmontagem	M²	858,50	21,13	28,86	24.776,31
			Total Item 1.0					45.672,80
2.0			COBERTURA					
2.1	94213	SINAPI	Telhamento com telha de aço/alumínio E = 0,5 mm, com até 2 águas, incluso içamento. AF_07/2019	M²	1.515,00	75,52	103,15	156.272,25
			Total Item 2.0					156.272,25
			TOTAL GERAL					201.945,05

Jerônimo Monteiro-ES, 25 de Novembro de 2025

Anderson Luiz Emery Santos
Engº.Civil Crea-MG 57858/D Visto-ES 011/97
Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

2028541616/11-EE5000SS-DOCUMENTO ORIGINAL 02/01/2025 14:54:55 PÁGINA 38 / 24

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO
assinado em 24/11/2025 14:45:15 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 24/11/2025 14:45:15 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS (ENGENHEIRO CIVIL - DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL


A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-MX5Q7J>



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO



Prefeitura Municipal

de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

OBRA	Substituição da cobertura do Ginásio de Esportes José Rodrigues da Fonseca.								
LOCAL	Av. Lourival Lougon Moulin, Centro, Município de Jerônimo Monteiro-ES.								
CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO									
ITEM	SERVIÇOS	ANDAMENTO EM MESES						% RELATIVO	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS
		1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS		4º MÊS			
		PL	PL	%	VALOR	%	VALOR		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	PL	PL	50,00%	22.836,40	50,00%	22.836,40	22,62%	45.672,80
2.0	COBERTURA			50,00%	78.136,13	50,00%	78.136,13	77,38%	156.272,25
TOTAL SIMPLES		PL	PL		100.972,53		100.972,53		
% SIMPLES				50,00%		50,00%			
TOTAL ACUMULADO					100.972,53		201.945,05	100,00%	201.945,05
% ACUMULADO				50,00%		100,00%			

PL = PERÍODO LICITATÓRIO

Jerônimo Monteiro-ES, 25 de Novembro de 2025

Anderson Luiz Emery Santos
Eng°.Civil Crea-MG 57858/D Visto-ES 011/97
Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO
assinado em 24/11/2025 14:45:14 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 24/11/2025 14:45:14 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS (ENGENHEIRO CIVIL - DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-5ML0FC>



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VI – MEMORIAL DESCRITIVO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LOCAL Av. Lourival Lougon Moulin, Centro, Município de Jerônimo Monteiro-ES

DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente especificação tem por objetivo discriminar e estabelecer normas e diretrizes a serem observadas na execução das obras e serviços diversos para a substituição da cobertura do Ginásio de Esportes José Rodrigues da Fonseca, localizado na Av. Lourival Lougon Moulin, Centro da Sede do Município de Jerônimo Monteiro-ES.

b) Considerações Gerais:

1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 Antes de iniciar a execução da obra de substituição da cobertura do Ginásio de Esportes, deverá ser instalada placa da obra, podendo ser metálica ou de lona fixada em estrutura metálica ou de madeira, nas dimensões de 4,00 metros de comprimento por 2,00 metros de largura.

1.2 Para que possa ser realizada a instalação de novas telhas metálicas, as telhas existentes da cobertura deverão ser retiradas.

1.3 Para a retirada das telhas da cobertura, será necessário da locação de andaime metálico. Os serviços de locação inclui o transporte, montagem e desmontagem, sendo utilizada a locação para um período de 02 (dois) meses.

2.0 COBERTURA

2.1 Após a retirada da cobertura em telhas metálicas onduladas existentes, deverá iniciar a instalação da nova cobertura. Deverá ser também em telhas metálicas onduladas em aço/alumínio com espessura de 0,5 mm, inclusive com instalação de cumeeira metálica e icamento das telhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se houver divergência entre as especificações dos materiais contidas neste anexo e a planilha orçamentária, prevalecerá sempre a especificação.

Quaisquer outros projetos que se façam necessários à perfeita execução da obra, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada e deverá ser submetido à aprovação da fiscalização da Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro.

O pagamento do serviço se dará em função das medições a serem executadas pela fiscalização da Prefeitura, que irá considerar somente o serviço efetivamente executado.

Exige-se para os serviços em questão a garantia mínima de 03 (três) anos.

Do Recebimento Provisório:

Quando as obras e serviços contratados ficarem inteiramente concluídos, de perfeito acordo com o contrato, será lavrado o termo de recebimento provisório, que será passado em três vias de igual teor, todas elas assinadas.

O recebimento provisório só poderá ocorrer após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e modificações e apresentadas às faturas correspondentes a pagamentos.



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OBRA Substituição da cobertura do Ginásio de Esportes José Rodrigues da Fonseca.

LOCAL Av. Lourival Lougon Moulin, Centro, Município de Jerônimo Monteiro-ES

MEMORIAL DESCRITIVO

Do Recebimento Definitivo:

O termo de recebimento definitivo das obras e serviços contratados será lavrado 60 dias após o recebimento provisório, referido no item anterior, e se tiverem sido satisfeitas as seguintes condições:

- Atendidas todas as reclamações da fiscalização, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificado em qualquer elemento das obras e serviços executados;
- Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto a pagamento de funcionários e fornecedores.

Jerônimo Monteiro-ES, 15 de Julho de 2025

Anderson Luiz Emery Santos
Engº Civil Crea-MG 57858/D Visto-ES 011/97
Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO
assinado em 15/10/2025 10:32:22 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/10/2025 10:32:22 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS (ENGENHEIRO CIVIL - DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-M8C4SJ>



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO V – COMPOSIÇÃO DAS BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS (BDI)



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DETALHAMENTO DO BDI

OBRA: Substituição da cobertura do Ginásio de Esportes José Rodrigues da Fonseca.

COMPONENTES		1ª FAIXA	2ª FAIXA	3ª FAIXA	4ª FAIXA
A	Administração Central	5,99%	4,06%	3,26%	3,22%
B	Administração Local	8,53%	8,19%	7,63%	6,58%
C	Tributos				
C1	ISSQN	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
C2	PIS	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%
C3	COFINS	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
D	Custos Financeiros	0,61%	0,61%	0,61%	0,60%
E	Riscos, Garantias e Seguros	0,50%	1,00%	1,50%	2,00%
F	Lucro	9,00%	8,00%	7,00%	6,00%
TOTAL		36,59%	33,25%	31,01%	29,09%

NOTAS

Os valores correspondentes às faixas indicadas na tabela são:

1ª Faixa Obras ou serviços com valor total de R\$ 330.000,00

2ª Faixa Obras ou serviços com valor entre R\$ 330.000,01 e R\$ 3.300.000,00

3ª Faixa Obras ou serviços com valor entre R\$ 3.300.000,01 e R\$ 20.000.000,00

4ª Faixa Obras ou serviços com valor acima de R\$ 20.000.000,01

A fórmula adotada para cálculo do BDI na tabela encontra-se indicada a seguir:

$$\text{BDI} = \frac{(1 + A + B + E) \cdot (1 + D) \cdot (1 + F) - 1}{(1 - C)}$$

FONTE: Resolução Nº 366, de 22 de Dezembro de 2022 - Disciplina a metodologia para análise de preços nas fiscalizações nas obras e serviços de engenharia dos jurisdicionados deste Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.

BDI ADOTADO = 36,59 %

Jerônimo Monteiro-ES, 15 de Julho de 2025

Anderson Luiz Emery Santos
Engº Civil Crea-MG 57858/D Visto-ES 011/97
Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO
assinado em 15/10/2025 10:32:21 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/10/2025 10:32:21 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS (ENGENHEIRO CIVIL - DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-ZN53MM>



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VII – MEMÓRIA DE CÁLCULO



**Prefeitura Municipal
de Jerônimo Monteiro**
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OBRA	Substituição da cobertura do Ginásio de Esportes José Rodrigues da Fonseca.	TABELA REFERÊNCIA DE PREÇOS: DER-ES - Data Base: Março/2025 e SINAPI - Data Base: Março/2025 (Sem desoneração)
LOCAL	Av. Lourival Lougon Moulin, Centro, Município de Jerônimo Monteiro-ES	BDI = 36,59 %

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CÁLCULO
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	DER-ES	020305	Placa de obra nas dimensões de 2.0 x 4.0 m, padrão DER	M²	8,00	Área da placa = 4,00 m x 2,00 m = 8,00 m²
1.2	DER-ES	010280	Remoção de cobertura em telha metálica, exclusive estrutura	Unid	1.515,00	Área retirada do projeto = 50,50 m x 30,00 m = 1.515,00 m²
1.3	DER-ES	020339	Locação de andaime metálico para trabalho em fachada de edifício (aluguel de 1 m² por 1 mês) inclusive frete, montagem e desmontagem	M²	858,50	Andaime = 50,50 m comprimento x 8,50 m altura x 02 meses obra = 858,50 m²
2.0	COBERTURA					
2.1	SINAPI	94213	Telhamento com telha de aço/alumínio E = 0,5 mm, com até 2 águas, incluso içamento. AF_07/2019	M	1.515,00	Área retirada do projeto = 50,50 m x 30,00 m = 1.515,00 m²

Jerônimo Monterio-ES, 15 de Julho de 2025.

Anderson Luiz Emery Santos
Eng. Civil Crea-MG 57858/D Visto-ES 011/97
Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO
assinado em 15/10/2025 10:32:22 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/10/2025 10:32:22 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANDERSON LUIZ EMERY SANTOS (ENGENHEIRO CIVIL - DEPENG - SEMDUR - PMJERONIMO)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-F84RZ6>



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL

(EM PAPEL TIMBRADO OU CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO

Processo nº: ____/____

Concorrência Eletrônica nº ____/____

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: (rua, nº, bairro, cidade, estado e CEP)

Telefone:

E-mail:

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. Sas, nossa proposta para _____, pelo preço global de R\$ _____ (valor por extenso), já incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive materiais a serem utilizados, equipamentos, mão de obra, todos os encargos trabalhistas e previdenciários, fretes, impostos e taxas de qualquer espécie, tributos em geral e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços e seus preços, nos termos do Edital da Concorrência Eletrônica nº ____/____ e seus Anexos.

O prazo de validade de nossa proposta é de 90 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação e executar os serviços no prazo e condições estabelecidas neste ato convocatório.

Atenciosamente,

_____ de _____ de _____

Assinatura Identificável
(nome do representante legal da empresa)



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Processo nº: ____/____

Concorrência Eletrônica nº ____/____

Eu _____, (colocar a nacionalidade), possuidor (a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliada à _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, (colocar o estado), na condição de representante legal da empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº _____, **DECLARO**, para os devidos fins sob pena da lei que:

1. Estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2. Possuo pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme estipulado no edital desta Concorrência Eletrônica, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição de preços;
3. A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
4. Não possuo em meu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, sendo de inteira responsabilidade da nossa empresa a fiscalização dessa obrigação.

_____ de _____ de _____

Assinatura Identificável
(nome do representante legal da empresa)



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO X- MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____

Processo Administrativo nº ____/____

**TERMO DE CONTRATO FIRMADO NA SEDE DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO-
ES, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO
DE JERÔNIMO MONTEIRO-ES E DE OUTRO LADO A
(O) _____**

O Município de Jerônimo Monteiro, no Estado do Espírito Santo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na _____, nº. _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP: _____, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. _____, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Sr _____, brasileiro, residente na _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP: _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na (o) _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP: _____, doravante designado **CONTRATADO (A)**, neste ato representado(a) por _____ (nome do representante legal), tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo Edocs nº 2025-0GLS0** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 7.405/2024, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 90007/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a **execução de obra de substituição da cobertura do ginásio de esportes “José Rodrigues da Fonseca”, neste Município, considerando Convênio nº 14/2025, firmado com o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESPORT**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e conforme especificações contidas no Edital de da **Concorrência Eletrônica nº 90007/2025** e seus Anexos.

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 – O Termo de Referência;

1.2.2 – O Edital da licitação

1.2.3 – A Proposta do contratado;

1.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 - O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1- O prazo de vigência do contrato inicia-se na data de _____ com término previsto para _____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 – Os prazos de vigência e/ou execução poderão ser prorrogados, quando verificado que o



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

objeto não será concluído no período firmado, mediante solicitação protocolada, devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 - *O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto serão transcritos conforme disposição no termo de referência.*

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - *Conforme disposição no Termo de Referência.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 - O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, e mediante medições mensais, observando os valores constantes no cronograma físico financeiro, a serem executadas ao longo da prestação dos serviços, que serão atestados pelo Responsável Técnico da Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro e mediante apresentação de Nota Fiscal na Tesouraria desta Prefeitura, juntamente com as guias quitadas de GFIP, GPS, FGTS e respectivas Folhas de Pagamento referente a matrícula específica do INSS, PIS, COFINS referente à Nota Fiscal emitida para pagamento com a devida identificação da mesma, conforme critérios constantes no termo de referência.

Parágrafo único - Deverá constar no corpo da nota fiscal o nº do contrato).

6.2 - Durante o processo de pagamento serão observadas as disposições e a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la nos termos do Decreto Municipal n.º 7.292/2023.

Parágrafo único - Para liberação do pagamento das notas fiscais, a contratada deverá anexar cópias autenticadas da folha de pagamento e das guias de recolhimento dos encargos sociais, que deverão ser emitidos especificamente para a execução da obra, objeto da presente contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 - O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI, DER-ES.

7.2 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado das datas dos orçamentos estimados, sendo:

a) Março/2025: Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES),

b) Abril/2025: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).

7.3 – Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento do contratado e depois de transcorrido um ano da data do orçamento estimado, mediante aplicação, pelo contratante, do



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

índice INCC-DI.

7.4 – O reajuste acima descrito deverá ser solicitado através de protocolo e terá incidência no preço contratado com o seu deferimento.

7.5 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, incidindo sobre o valor atualizado do contrato.

7.6 – São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

7.7 – Excepcionalmente, na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajosos para a Administração, calculando por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

7.8 - Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9 - O reajuste será realizado por aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:

8.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos Projetos de Engenharia;

8.3 - Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.11 - Exigir do Contratado que providencie todas as documentações que forem indispensáveis para o recebimento definitivo de objeto, quando necessário.

8.12 - Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.13 - Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.14 - Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.15 - Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no Termo de Referência.

9.2 – O licitante vencedor deverá fazer a Anotação de Responsabilidade técnica (ART) ou documento que substitua, do respectivo Contrato no CREA/ES ou área técnica habilitada, conforme determinam as Leis nº 5.194/66, de 24/12/66 e nº 6.496 de 07/12/77 e suas alterações, e as Resoluções nº 194 de 22/15/70, e nº 302 de 23/11/84, do CONFEA e suas alterações. A comprovação de Anotação de Responsabilidade Técnica será feita pelo encaminhamento à Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro/ES da via da ART destinada ao Contratante, devidamente assinada pelas partes e autenticada pelo órgão recebedor.

9.3 – Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6 – Responsabilizar-se pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive na promoção de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

9.7 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 - Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

cabíveis.

9.9 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.10- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, respondendo integralmente por sua omissão.

9.12 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13 - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16 - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.21 - Apresentar ao Contratante, caso solicitado, a relação nominal dos empregados encarregados de executar os serviços contratados, indicando número da carteira de trabalho, a data da contratação e do registro no Ministério do Trabalho, atualizando as informações, no prazo máximo de 5(cinco) dias, em caso de substituição de qualquer empregado.

9.22 - Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9.23 - Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.24 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.25 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.26 - Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.27 - Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.28 - Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.29 - Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, ressalvadas aquelas de responsabilidade da Contratante.

9.30 - Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.31 - Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.32 – Colocar e manter placas indicativas, quando necessário, conforme modelo a ser fornecido pela Contratante, enquanto durar a execução dos serviços, removendo-as ao final.

9.33 – Providenciar, sem ônus para a Contratante, no interesse da segurança de seu pessoal, o fornecimento de roupas adequadas e outros dispositivos de segurança (EPI's) a seus empregados, e ainda verificar se o funcionário está fazendo uso correto do mesmo.

9.34 – Cercar seus empregados das garantias e proteção legais nos termos da Legislação Trabalhista, inclusive em relação à higiene, segurança e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de segurança e proteção individual a todos os componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços.

9.35 – Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo legal, independentemente do recebimento das faturas.

9.36 – Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente INSS, FGTS E ISS, anexando a cada fatura apresentada à Contratante a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior, vedada apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos mencionados.

9.37 – Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Contratante, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho.

9.38 – Deverá dar especial atenção aos aspectos ambientais durante toda a execução dos



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

serviços, a fim de minimizar os efeitos negativos de impacto ambiental que porventura sejam causados em função da execução dos serviços, atendendo os critérios, diretrizes e procedimentos dispostos em legislação aplicável.

9.39 - Apresentar comprovação de vínculo do profissional com a contratada, indicado na licitação, antes o início da execução do contrato.

9.39.1 – Os profissionais indicados na forma supracitada deverão participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

9.40 – Permitir livre acesso aos servidores do órgão concedente do convênio/contrato de repasse e dos órgãos do controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da Contratante, aos documentos e registros contábeis da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada nos termos da Art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021, pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados pela Secretaria requerente, conforme descrito abaixo:

TITULAR(ES)	SUPLENTE(S)

Parágrafo Único - A fiscalização exercida pelo contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 – A contratada garante a execução deste contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133 de 2021, na modalidade _____, no valor de R\$ _____, equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

11.2 - No caso de fiança bancária ou Seguro Garantia, o prazo de vigência final deverá ser de 30 dias após a data prevista para o vencimento do contrato.

11.3 - A garantia deve acompanhar as alterações de valor e prorrogações de prazos de vigência do contrato, devendo ser renovada e readequada nas mesmas condições.

11.4 - A CONTRATANTE somente emitirá a Ordem de Serviço após o recebimento da apólice de seguro garantia entregue pela CONTRATADA. A apresentação da apólice é condição indispensável para o início da execução dos serviços contratados.

11.5 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.6 - A Contratante poderá executar a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - As infrações e sanções administrativas são aquelas previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 - Se for observado que as obrigações não serão cumpridas nos prazos estipulado, os mesmos poderão ser prorrogados, mediante solicitação protocolada, devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente, caso em que deverá a Administração providenciar a



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.1.1 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.2 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3 - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 - Indenizações e multas.

13.4 - O contrato poderá ser extinto:

13.4.1 – caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal vigente, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: Secretaria Municipal de Educação

Ficha/Fonte de Recurso: 794/170100000020

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se



Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro

Secretaria Municipal de Gestão de Compras e Licitações
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

16.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo e condições previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

18.1 - A Contratante fica autorizada a compartilhar os dados pessoais dos representantes da Contratada, para fins de cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a publicação dos atos, observados os princípios e as garantias estabelecidas na Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Jerônimo Monteiro-ES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme.

Jerônimo Monteiro, ____ de ____ de ____.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADO

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LILIANE BERNARDO SEZINI
AGENTE DE CONTRATAÇÃO (COMISSÃO DE LICITAÇÃO)
SEMGES - PMJERONIMO
assinado em 05/02/2026 14:01:18 -03:00

RAMON OLMO LACERDA PIROVANI
EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE (COMISSÃO DE LICITAÇÃO)
SEMGES - PMJERONIMO
assinado em 05/02/2026 14:34:23 -03:00

ROGERIO DE SOUZA
EQUIPE DE APOIO (COMISSÃO DE LICITAÇÃO)
SEMGES - PMJERONIMO
assinado em 05/02/2026 14:03:18 -03:00

WILHAN DE AGUIAR BRAGA
EQUIPE DE APOIO (COMISSÃO DE LICITAÇÃO)
SEMGES - PMJERONIMO
assinado em 05/02/2026 14:05:21 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 05/02/2026 14:34:23 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LILIANE BERNARDO SEZINI (AGENTE DE CONTRATAÇÃO (COMISSÃO DE LICITAÇÃO) - SEMGES - PMJERONIMO)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-QTBM5J>